



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

21 de novembro de 2017

Diário Catarinense Capa e Educação

“Chefe de Gabinete da UFSC vira corregedor temporário”

Chefe de Gabinete da UFSC vira corregedor temporário / Educação / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Aureo Mafra de Moraes / Rodolfo Hickel do Prado / Corregedor-Geral / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Conselho Universitário / CUn / Operação Ouvidos Moucos / Polícia Federal / PF / Desvios / Ensino a Distância / EaD / Procuradoria Federal / Controladoria-Geral da União / CGU / Juliano Rossi / Orlando Vieira de Castro Júnior / Avocação / Érika Marena / Delegada / Justiça Federal / Médicos / HU / Juíza / Janaína Cassol / 1ª Vara Criminal / Suicídio

CARGO TEMPORÁRIO CHEFE DE GABINETE DA UFSC VIRA CORREGEDOR Página 14

TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2017

DIÁRIO CATARINENSE 14

EDUCAÇÃO



Aureo foi chefe de gabinete na gestão de Cancellier

Chefe de gabinete da UFSC vira corregedor temporário

ÁUREO DE MORAES assume o controle do órgão até o retorno do titular Rodolfo Hickel Prado, que permanece de licença médica até 5 de janeiro

HYURY POTTER
hyury.potter@homonline.com.br

Quatro meses após ter sido impedido pela Corregedoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de ter acesso a uma investigação interna, o chefe de gabinete da reitoria da instituição, Aureo de Moraes, assume administrativamente o órgão de controle. Ele fica no cargo até 5 de janeiro, data prevista para o retorno do corregedor-geral Rodolfo Hickel do Prado, que está de licença médica.

Em 19 de julho, o então reitor Luiz Carlos Cancellier assinou um memorando para que o servidor tivesse acesso ao procedimento. O documento foi usado pela Polícia Federal para pedir a prisão temporária do reitor na operação Ouvidos Moucos, que investiga o suposto desvio de verbas no programa de ensino a distância da universidade.

A escolha do nome do chefe de gabinete foi formalizada em reunião do Conselho Universitário (CUn) em 13 de novembro e contou com o aval da Procuradoria Federal junto à UFSC e da Superintendência da Controladoria-Geral da União (CGU) em SC.

Na semana passada, houve uma reunião da reitoria com o procurador Federal da UFSC, Juliano Rossi, e o superintendente da CGU em Santa Catarina, Orlando Vieira de Castro Júnior, sobre a chefia de gabinete assumir a Corregedoria. A competência é concorrente e isso foi ponto pacífico nessa reunião - diz Aureo.

Entre as investigações que tramitam no órgão está a apuração da suspeita de desvio de verbas. Em entrevista concedida ao DC no mês passado, Hickel do Prado, responsável pela abertura do procedimento, afirmou que Aureo seria citado no documento. O corregedor-geral pediu o afastamento dele.

Questionado sobre essa situação, Aureo disse que “não é investigação”, apesar de afirmar que não viu os autos do procedimento que envolve o ensino a distância. Sobre a declaração do corregedor-geral afastado, ele afirmou que Rodolfo “vai responder na Justiça por essa falsa afirmação”.

Desde a criação, em dezembro de 2016, o procedimento que investiga supostos desvios de recursos no ensino a distância esteve sobre sigilo. Desde outubro, o documento está sob a responsabilidade da CGU, em Brasília. Portanto, a apuração não está mais na Corregedoria da universidade. De acordo com o superintendente regional da CGU, Orlando Vieira de Castro Júnior, isso ocorreu posteriormente com outros procedimentos da UFSC.

A reunião que se conversou sobre a situação atual da Corregedoria foi para tratar principalmente dos procedimentos de médicos do HU e também sobre a denúncia contra o corregedor-geral Rodolfo, ambas feitas sob a responsabilidade da CGU. Desde o mês passado, o procedimento do EaD foi avocado pela CGU para garantir uma investigação isenta.

Hickel do Prado não retornou ao pedido de entrevista da reportagem.

ENTENDA O CASO

Em 19 de julho, Luiz Carlos Cancellier, então reitor da UFSC, assinou um memorando avocando o processo sobre o EaD para o gabinete do reitor. No documento, ele justificou que o chefe de gabinete, Aureo de Moraes, teria “competência concorrente” com a Corregedoria. O então reitor cita ainda que um atraso na investigação do procedimento estaria afetando o programa EaD na universidade. No mesmo dia, Rodolfo acompanhou o documento para a PF, e a delegada Érika Malena encaminhou cópia do memorando do reitor à Justiça Federal, reforçando o pedido de prisão temporária de Cancellier por obstrução de investigação.

Um dia depois, a delegada da PF volta a encaminhar documentos para a Justiça Federal, um posicionamento da CGU sobre a avoação do procedimento pelo reitor. No posicionamento, a CGU informa que “causa estranheza o fato da reitoria avocar um procedimento correlacional específico”. Érika novamente reforça o pedido de prisão temporária e afastamento de Cancellier.

Em 14 de setembro, Cancellier e outras seis pessoas foram presas temporariamente na operação Ouvidos Moucos. A juíza Janaína Cassol, da 1ª Vara Criminal de Florianópolis, atendeu ao pedido da PF. Todos foram soltos no dia seguinte, mas permaneceram afastados dos cargos na universidade. Em 2 de outubro, o reitor foi encontrado morto após cometer suicídio.

Diário Catarinense
Estela Benetti
"Cientistas e robôs"

Cientistas e robôs / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Veleiro Eco / Professor / Orestes Alacon / Andrea Freire / Air Center

CIENTISTAS E ROBÔS

É GRANDE A EXPECTATIVA DA COMUNIDADE CIENTÍFICA SOBRE OS RESULTADOS DESSA NOVA INSTITUIÇÃO DESCENTRALIZADA, O AIR CENTER. DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) PARTICIPA O VELEIRO ECO, QUE TEM À FRENTE O PROFESSOR ORESTES ALACON, A PARTICIPAÇÃO DA PROFESSORA ANDREA FREIRE E DE OUTROS PROFESSORES E ESTUDANTES.

O DESTAQUE DE PORTUGAL SÃO ROBÔS SUBMARINOS QUE PERMITEM RECOLHER DADOS DO FUNDO DE OCEANOS. O ROBÔ MEDUSA DEEP SEA PODE CHEGAR A ATÉ 3 MIL METROS DE PROFUNDIDADE. OS TRABALHOS DO NOVO CENTRO VISAM A INTEGRAR INDÚSTRIA, CIÊNCIA E GOVERNO.

Notícias do Dia
Fabio Gadotti

Judith Butler / UFSC / Roda de conversa / Centro Acadêmico Livre de Psicologia / Censura

A coluna errou ontem
ao informar que a filósofa Judih Butler estará amanhã na UFSC. O que ocorrerá será uma roda de conversas, promovida pelo Centro Acadêmico Livre de Psicologia, sobre censura e a passagem da norte-americana pelo Brasil. Sem a presença dela.

Diário Catarinense
Rafael Martini
"Garota do App"

Garota do App / Jacqueline Mendonça / Aplicativo / Floripa no ponto / Consórcio Fênix / Uso indevido da imagem / UFSC / Jornalismo / Estudante

GAROTA DO APP

Jacqueline Mendonça, a garota que ilustra a capa do aplicativo Floripa no Ponto, do Consórcio Fênix, vai ingressar na Justiça questionando uso indevido da sua imagem. Ela conta que o registro foi produzido em 2015 quando aguardava no Ticen o ônibus para ir à UFSC, onde cursa Jornalismo. Um fotógrafo a abordou e pediu se podia registrar a imagem dela olhando no celular. Uma produtora disse que o material seria apenas para um registro em redes sociais, pagou R\$ 20 de cachê e pegou sua assinatura autorizando o uso da sua foto.



ENQUANTO ISSO...

Garante nunca mais ter sido procurada e nem comunicada sobre o uso do material. Até que há alguns dias foi lançada uma campanha publicitária para divulgar o aplicativo Floripa no Ponto. Eis que Jacqueline é surpreendida ao ver seu rosto circulando em busdoor, divulgação impressa e, para completar, na capa do aplicativo usado por milhares de usuários do transporte coletivo de Florianópolis. Um ato de amorosismo que poderá custar à agência publicitária, Consórcio Fênix ou até mesmo à prefeitura de Florianópolis.

CONTRAPONTO

Ao ser informado sobre o questionamento do uso de imagem indevido, o Consórcio Fênix enviou a seguinte resposta: "O aplicativo é gratuito e assim prosseguirá, não tendo gerado receita para o Consórcio ou para os usuários; a imagem será substituída, conforme solicitação da autora, e a responsabilidade direta pela imagem escolhida é da agência publicitária fornecedora do Consórcio Fênix".

Diário Catarinense e A Notícia
Moacir Pereira
"Justiça"

Justiça / Livro / Em nome da inocência: justiça / Prisão / Morte / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Ex-deputado / Jailson Lima da Silva / Desembargador / Lédio Rosa de Andrade / Sérgio Granazo / UFSC

JUSTIÇA
LIVRO INTITULADO "EM NOME DA INOCÊNCIA: JUSTIÇA", QUE TRATA DA PRISÃO E MORTE DO REITOR LUIZ CARLOS CANCELLIER DE OLIVO SERÁ LANÇADO HOJE, ÀS 19H, DURANTE SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. OBRA ORGANIZADA PELO EX-DEPUTADO JAILSON LIMA DA SILVA, PELO DESEMBARGADOR E PROFESSOR LÉDIO ROSA DE ANDRADE E POR SÉRGIO GRAZANO. SERÁ LANÇADO DOCUMENTÁRIO SOBRE A TRAGÉDIA DA UFSC. A HOMENAGEM FOI PROPOSTA PELO DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (PDT).

Enfoque Popular
Everaldo Silveira
"Medicina mantida"

Medicina mantida / UFSC / Araranguá

MEDICINA MANTIDA – Apesar do susto, com a notícia das mídias nacionais de suspensão de novos cursos, a UFSC tratou de tranquilizar a população do Extremo Sul. "Gostaríamos de informar que o curso de medicina do Campus Araranguá não será afetado por decisão do Governo, visto que esta moratória se refere a novos 'cursos privados' que são criados via edital e nosso curso já recebeu visita da comissão de especialistas do MEC", diz a nota.

Enfoque Popular Pelo Estado

“Ser competitivo é ser parceiro no desenvolvimento econômico e social”

‘Ser competitivo é ser parceiro no desenvolvimento econômico e social’ /
Entrevista / Renato Lacerda / Fiscal da Receita Estadual / Gestão Fazendária
/ UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

[Pelo Estado] Entrevista

RENATO LACERDA

“Ser competitivo é ser parceiro no desenvolvimento econômico e social”

Fiscal da Receita Estadual, é servidor da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) desde 1995. Natural do Rio de Janeiro, é formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Administração pela Escola Superior de Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UEDESC). Está concluindo o curso de Direito na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e tem cursos de especialização em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Contabilidade pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), Gestão Fazendária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além de participação no Programa Minerva, na George Washington University. Com passagens pela Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro e pela Petrobras, atuou como assessor tributário no gabinete do secretário da Fazenda catarinense e como conselheiro suplente no Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina. Em janeiro de 2017, assumiu a função de secretário-adjunto da SEF/SC.



[Pelo Estado] - Qual a sua expectativa para o encerramento do ano do Estado?

Renato Lacerda - A arrecadação tributária está sinalizando o início da retomada da economia. A taxa de desemprego do terceiro trimestre, divulgada essa semana, confirma. Santa Catarina diminuiu sua taxa de desemprego de 7,5% para 6,7%, a menor do país. No Brasil está em 12,4% e há estados com índices acima de 14%, ou seja, com o dobro de Santa Catarina. Com o fim da crise, o momento é de reavaliar o cenário econômico e financeiro. Foram longos meses de queda da arrecadação, com crescimento das demandas sociais por Saúde, Segurança e Educação. Não pode haver, no entanto, uma interpretação irresponsável quando falamos em fim da crise: não é o momento para se expandir o gasto público. Para o encerramento de 2017, o foco é finalizar o exercício com as principais obrigações quitadas, que são os salários dos servidores e o 13º salário, e concluir o planejamento financeiro para o próximo exercício. Já para 2018, o principal objetivo é botar em dia todas as pendências que remanesceram deste longo período de crise, acertando, aos poucos, as contas da Saúde, da Administração Penitenciária e outras, que foram mais afetadas com a escassez de recursos.

[PE] - O ano foi de desafios?

Renato Lacerda - Sem dúvida nosso maior desafio em 2017 é o manter o equilíbrio entre os gastos públicos e a receita disponível. No lado das despesas, o ano começou com pendências de 2016 ainda a serem honradas, comprometendo parte do orçamento de 2017. Por outro lado, os custos dos serviços públicos foram influenciados por um aumento das demandas da população no momento de crise: cerca de 25 mil famílias migraram dos planos de Saúde para o sistema público. Na Educação, o mesmo cenário, com migração de alunos de escolas privadas para as escolas públicas. Demandas judi-

ciais aumentaram em mais de R\$ 200 milhões os gastos da saúde. Apesar disso, conseguimos chegar ao fim do ano com os salários em dia e com um controle importante para evitar o crescimento dos gastos. No lado das Receitas, alguns setores econômicos ainda não apresentaram um movimento de recuperação muito expressivo. Outros já apresentam sinais de recuperação, com a retomada do consumo e com o aumento da confiança da indústria, que aos poucos volta a investir.

[PE] - Não aumentar os impostos foi uma decisão acertada?

Renato Lacerda - Foi uma decisão difícil, mas, sem dúvida, acertada. Tanto que, mesmo durante o auge da crise, continuamos recebendo investidores privados interessados em empreender em Santa Catarina e, principalmente, mantivemos as menores taxas de desemprego do país, já que, sem aumentar impostos, o empresário consegue manter seus empregados.

[PE] - O que projeta para 2018?

Renato Lacerda - A tendência que já se observa na prática é de recuperação. Como a economia catarinense é bastante diversificada, apresenta-se, como conjunto, mais resiliente aos momentos de crise. Justamente por isso, apresentará um ritmo diferente para retomada do crescimento em cada setor. Enquanto alguns setores reagirão mais lentamente, outros já apresentam sinais claros de recuperação. No entanto, ainda é preciso ter cautela, pois como a demanda estava há muito tempo reprimida, talvez ainda seja cedo para afirmar se essa retomada é apenas um reequilíbrio do que estava reprimido, ou se haverá sustentabilidade. É preciso ter claro que demanda tempo para recuperar patamares anteriores à crise, já que muitas dívidas se acumularam. Mas tanto a arrecadação quanto a atividade industrial dão mostras de que o pior já passou. Sem dúvida, vemos com otimismo o próximo ano. Mas

com um otimismo responsável.

[PE] - Qual a estratégia para aumentar a arrecadação?

Renato Lacerda - A fiscalização preventiva, por meio da qual orientamos o contribuinte, aliada a mecanismos aprimorados de controle interno, fecham a equação de arrecadar mais e gastar menos que deve ser o mantra da administração pública. Temos trabalhado nessas duas linhas, sempre com ajuda da tecnologia e respaldo da transparência dos dados.

[PE] - Santa Catarina ficou atrás somente de São Paulo no Ranking de Competitividade dos Estados. O trabalho da Secretaria contribuiu para este resultado?

Renato Lacerda - Não só o da Fazenda como de outras áreas do Governo. Na verdade, esse resultado reflete a harmonia do Governo com os setores produtivos. Muitas vezes o papel do Estado é não atrapalhar o desenvolvimento - leia-se não onerar demasiadamente o contribuinte e diminuir a burocracia dos serviços públicos. Ser competitivo é ser parceiro no desenvolvimento econômico e social.

[PE] - O Estado tem recebido muitas críticas, inclusive na Assembleia, sobre as renúncias fiscais. O que pensa sobre as críticas e a prática propriamente dita?

Renato Lacerda - Muitos enxergam os incentivos fiscais como perda de arrecadação, quando o que ocorre é justamente o contrário. Ao beneficiar o desenvolvimento de determinados setores, o Governo incentiva o crescimento do ICMS periférico. Sem incentivo fiscal, algumas atividades não teriam sobrevivido e outras não teriam sido implantadas no nosso estado. Santa Catarina não inventou a guerra fiscal, mas precisou participar dela e o fez de forma inteligente e competitiva. Não criamos incentivos fiscais como fins arrecadatórios, mas sim como ferramenta de desenvolvimento econômico. Em dez anos, via Pró Emprego, passamos a ser uma

potência em logística portuária, com cinco portos e inúmeros operadores logísticos. Foram criados 100 mil novos empregos. Outros polos, como náutico, fármaco e automotivo, antes incipientes, foram fomentados com programas baseados em custo tributário, segurança jurídica, logística e mão de obra. Entramos definitivamente no mapa dos grandes investimentos e mantivemos o desenvolvimento regional equilibrado. O incentivo fiscal deve ser visto não como simples “renúncia”, mas como instrumento para dar sustentabilidade a alguns setores, promover desenvolvimento econômico, geração de empregos e obtenção de novas receitas.

[PE] - Qual a situação de Santa Catarina no que tange ao comprometimento da Receita Corrente Líquida com a folha de pagamento?

Renato Lacerda - A Lei de Responsabilidade Fiscal exige um comportamento da folha de pagamentos em relação à receita. Seu objetivo principal é evitar que a folha cresça indistintamente e comprometa a Receita. Mas, como é uma fração matemática, mesmo que a folha não cresça, o indicador é afetado se a receita cai. Foi exatamente o que aconteceu. Algumas medidas importantes foram tomadas no passado recente, antes da crise, para recomposição de serviços como Segurança Pública e Educação. A folha atingiu o patamar atual e em seguida a receita começou a cair, levando-nos a ultrapassar o limite prudencial com gastos de pessoal, ainda que nos mantendo dentro do limite legal, de 49%. O cenário deverá melhorar a partir do próximo quadrimestre. Medidas de gestão mantêm o crescimento da folha de pagamentos na ordem de 4% ao ano. Com a retomada da economia e crescimento da arrecadação, a tendência é que nosso índice de comprometimento da receita com a folha comece a baixar gradativamente.

[PE] - A famosa e prolongada ne-

gociação da dívida do Estado com a União foi finalmente concluída. Quais os reflexos?

Renato Lacerda - Santa Catarina foi protagonista nessa renegociação que beneficiou a todos os estados. Nossa área técnica detectou uma discrepância e fomos até as últimas instâncias jurídicas para garantir as condições que nos eram de direito. Na prática, com isso, deixamos de enviar mais de R\$ 1 bilhão à União justamente no período mais crítico da crise econômica. O reflexo do acordo da renegociação foi imediato, com a redução dos valores das prestações pagas mensalmente, mas o processo ainda não está concluído. Havia uma série de etapas a serem cumpridas. As últimas foram, pela ordem, a remessa do Projeto de Lei Orçamentária para 2018 para a Assembleia Legislativa, e a aprovação do Projeto de Lei que permite oficialmente que o Estado renegocie a dívida e, para isso, cumpra a exigência de controle de gastos. O próximo e último passo será a assinatura do contrato, com as novas regras, o que deverá ocorrer agora, em dezembro.

[PE] - Em pouco tempo a Secretaria da Fazenda passou por duas trocas de comando. Houve prejuízo para a imagem da Secretaria ou do Estado? O trabalho foi prejudicado?

Renato Lacerda - Absolutamente não. A Fazenda sempre foi e continua sendo, até em âmbito nacional, reconhecida por sua excelência técnica. Todos fazemos parte da mesma equipe há anos, e, não obstante tenha havido mudança no cargo de secretário, as diretrizes não mudam. A Secretaria da Fazenda e seu corpo técnico continuam primando pelo crescimento sustentável da arrecadação, com prioridade absoluta à fiscalização preventiva e orientativa, e pelo controle e zelo na aplicação dos recursos públicos, para que o Estado de Santa Catarina possa garantir a qualidade dos serviços públicos que a sociedade merece e espera.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[CDH debate circunstâncias da morte do ex-reitor da UFSC](#)

[Chefe de gabinete de UFSC assume corregedoria](#)

['MP não deveria ter espaço para Dallagnols', diz ex-ministro da
Justiça em CPI](#)